

# Como evitar a recessão e o desemprego

JOSÉ ANTÔNIO DE AZEVEDO

Falar em recessão, hoje no Brasil, já não é um alerta. É uma constatação. Seus piores efeitos — o desemprego — já começam a crescer e a assustar a toda a sociedade. Diante do agravamento da crise, no lugar de soluções práticas que poderiam desviar seu curso, o que mais se vê é a perplexidade dos responsáveis pela máquina administrativa.

O desemprego hoje no País, segundo o Sistema Nacional de Emprego (Sine), órgão do Ministério do Trabalho, está em pouco mais de 8% da População Economicamente Ativa (PEA), o que equivale a, aproximadamente, quatro milhões e 500 mil trabalhadores. É um índice pouca coisa inferior ao dos piores momentos da nossa economia.

No setor da indústria da construção, que é um setor de mão-de-obra intensiva, o desemprego cresceu, de junho de 1986 a junho de 1987, 121,6%. No ano passado, segundo o Secovi, foram demitidos cerca de um milhão de trabalhadores do setor. E este ano, embora se veja alguma movimentação na área, esta é apenas superficial, estando longe de significar uma retomada do funcionamento normal da indústria da construção no País.

Os estudiosos têm constatado que, quando a indústria da construção vai mal, sofre toda a economia do País. O setor movimenta 50% de todo o investimento nacional e dá trabalho direta e indiretamente a 10% da PEA nacional.

Já é uma verdade incontestável que, se não há construção, não há desenvolvimento.

Um dos problemas maiores do subdesenvolvimento é, de um lado, a ausência de capital para investimentos e, de outro lado, a enorme necessidade de geração maciça de novos empregos, constantemente.

Estudos realizados pelo Secovi constataram que, no Brasil, para cada unidade de capital aplicada na indústria da construção, são criados novos postos de trabalho em número 271 vezes maior do que os gerados por essa mesma unidade de capital aplicada na indústria química, por exemplo.

A tabela abaixo, do estudo mencionado, mostra a quantidade de novos empregos gerados por unidade de capital em alguns diferentes setores da atividade industrial:

- química e petroquímica .....	1,28
- veículos automotores.....	5,94
- autopeças e carrocerias.....	11,22
- móveis e artefatos de decorações.....	

- construção imobiliária ..... 347,00

A diferença entre o número de empregos gerados pela indústria da construção e os outros setores é bastante significativa. E é por isso que países em desenvolvimento, carentes de capital e necessitados de empregos, dão prioridade ao setor da construção.

O presidente Roosevelt, com o seu New Deal, levantou a economia dos Estados Unidos, arrasada pela grande crise de 1929, estimulando um boom na indústria da construção. E até hoje, naquele país, a construção é considerada setor prioritário da economia. O estudo mencionado, do Secovi, mostra também que nos países superdesenvolvidos, com renda per capita de 4.000 dólares ou mais, enquanto a economia de conjunto cresceu quatro vezes, o setor construção cresceu seis vezes.

Hoje, o Congresso Constituinte reunido em Brasília, institucionaliza o reconhecimento de que habitação e trabalho constituem direitos inalienáveis a toda a cidadania.

Como fazer valer esse direito num país como o nosso onde o déficit habitacional está em torno dos 15 milhões de unidades?

Sabemos que cada operário do setor da construção realiza 50 m<sup>2</sup> de construção e que a cada operário da construção correspondem dois operários dos outros setores afins, como das indústrias de material da construção, móveis e eletrodomésticos. Assim, cada 50 m<sup>2</sup> de construção geram três novos empregos, um direto e dois indiretamente.

Um programa para construir 60 milhões de m<sup>2</sup> por ano geraria um milhão e 200 mil empregos diretos e dois milhões e 400 mil indiretos, ou seja, um total de três milhões e 600 mil novos empregos por um período de dez anos.

Nossos indicadores sociais são terríveis. Conforme mostram os dados divulgados pelo IBGE recentemente, 42% da PEA, ou seja, cerca de 23 milhões de pessoas, vive com renda de zero a menos que um salário mínimo. Mais de dois milhões de pessoas viviam, em 1985, sem rendimento algum. A criação de 3,6 milhões de novos empregos através da colocação em marcha de um plano de construção de casas populares assimilaria de imediato, ao mercado de consumo, uma massa assalariada enorme, de peões, engenheiros e técnicos de todo o tipo. Não é difícil imaginar o impacto que isso significa no geral da economia.

José Antônio de Azevedo é diretor-presidente da Lopes Consultoria de Imóveis.

\* 8 JUN 1988  
22

ESTADO DE SÃO PAULO

8861 NOS 8.